



ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO

PREGÃO 32/2016

Às 9H, do dia 15/09/2016, nas dependências da Prefeitura Municipal de Candelária, reuniram-se o pregoeiro e os membros da equipe de apoio, designados pelas Portarias Nº 1122/15, de 24/12/2015 e Portaria nº 190/16 de 15/02/2016, do Senhor Prefeito Municipal.

Atuaram nesta reunião o pregoeiro CLEBER VARGAS MACHADO e os membros da equipe de apoio ANDREIA BEATRIZ HUBNER e CARLA DENISE STEINHAUS, para proceder ao julgamento dos recursos interpostos pelas empresas FLAVIO HASSELMANN PINTO.

Analizadas as razões do recurso conclui-se conforme o que segue:

A inabilitação da empresa FLAVIO HASSELMANN PINTO se deu pelo não cumprimento do que exigia o item '7, 7.1, letra c) Declaração que de atende o disposto no art. 9º da Lei 8.666/93.'

No recurso, justifica-se a ausência do item com a alegação de que a referida declaração encontra-se no "letra d)" do documento que segue:

DECLARAÇÃO

A empresa FLAVIO HASSELMANN PINTO - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 10.595.521/0001-92, por intermédio de seu representante legal Sr (a) FLAVIO HASSELMANN PINTO, portador do Documento de Identidade nº 7096902742, inscrito no CPF sob o nº 00139405038, no uso de suas atribuições legais, vem **DECLARAR** para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que

- a) Não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- b) Não está impedido de transacionar com a Administração Pública;
- c) Não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;
- d) Não incorre nas demais condições impeditivas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores a esta data;
- e) que a empresa tem pleno conhecimento do edital, acertando todas as condições estabelecidas no mesmo.

A recorrente alega que concordando com a Lei Federal nº 8.666/93, já subentende-se que preza pela concordância de todos os artigos, fazendo assim desnecessária a exatidão fixada ao artigo 9º.

Cita ainda a recorrente o art. 4º do decreto nº 3.555/2000:



Prefeitura de Candelária
Avenida Pereira Rêgo, 1665
Candelária-RS
Cep: 96930-000
Fone: 51 3743 8100
www.candelaria.rs.gov.br

“Art. 4º A licitação na modalidade de pregão é juridicamente condicionada aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, bem assim aos princípios correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço, seletividade e comparação objetiva das propostas.

Parágrafo único. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.”

Da Decisão:

Ao analisar o recurso concluímos que o edital há previsão expressa que diz:

“7.1. Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá apresentar, dentro do ENVELOPE Nº 02, os seguintes documentos:

...

c) Declaração que atende o disposto no art. 9º da Lei 8.666/93.

...”

Ao prever especificamente declaração referindo-se ao art. 9º da Lei 8.666/93, fica claro que não se acataria nenhuma declaração genérica referente a Lei. Não cabendo ao pregoeiro e equipe de apoio subentender outras declarações.

Assim, resta claro que a empresa não cumpriu o que exigia o Edital, sendo por isso mantida a sua inabilitação e **INDEFERIDO** o recurso.

Ao Prefeito Municipal para decisão final. Nada mais havendo a tratar, após lida e aprovada, será assinada e encerrada a presente ata, que está sendo postada no site oficial do Município de Candelária em 15/09/2016.

CLEBER VARGAS MACHADO – PREGOEIRO

CARLA DENISE STEINHAUS

ANDREIA BEATRIZ HUBNER
EQUIPE DE APOIO